

Projecto de Resolução n.º 713/XVI/1.^a

Propõe o reforço de todos os mecanismos de fiscalização da cadeia nacional de produção, distribuição e comercialização de mel

Exposição de Motivos

O mel assume uma relevância incontornável na indústria agrícola portuguesa, desempenhando um papel crucial, não apenas como produto de excelência, mas também como elemento central na manutenção do equilíbrio ecológico e na promoção da biodiversidade. Aliás, a apicultura, enquanto prática essencial à polinização, contribui para a polinização de inúmeras culturas agrícolas e, consequentemente, para a produtividade e biodiversidade.

Em Portugal, o mel é reconhecido pela sua qualidade intrínseca, resultante da riqueza e variedade da flora nacional e pela sua importância económica para milhares de pequenos e médios produtores, que, ao longo de gerações, têm garantido a continuidade desta tradição secular. O impacto positivo do mel na sustentabilidade agrícola é, portanto, inegável, destacando-o como um produto de valor estratégico no contexto rural e económico do país.

Apesar de tudo isto, ao longo dos últimos anos, a Federação Nacional de Apicultores de Portugal (FNAP) tem vindo a alertar para um problema grave que afeta o setor, nomeadamente situações de fraude associadas ao mel que é comercializado no mercado espanhol, conduzida por operadores daquele país. Como sublinha a FNAP, tem se tornado evidente que as referidas práticas fraudulentas – que consistem na introdução de mel adulterado ou de proveniência duvidosa no circuito comercial – comprometem a credibilidade e a sustentabilidade de todo o setor apícola ibérico.

Um dos aspetos mais preocupantes desta questão prende-se com o facto de que, em muitos casos, o mel envolvido nas fraudes é descarregado em portos portugueses antes de ser encaminhado para Espanha, criando uma lamentável e reprovável confusão

mediática em torno do papel de Portugal nesse esquema ilícito. Assim, é muito importante frisar que tal situação não implica qualquer responsabilidade por parte dos operadores portugueses, apesar das insinuações veiculadas por certos órgãos de comunicação social.

Nesse sentido, a FNAP, e muito bem, tem enfatizado que os apicultores portugueses têm sempre mantido os mais elevados padrões de qualidade, independentemente das ações fraudulentas praticadas além-fronteiras. Mesmo assim, as situações pouco claras e transparentes que persistem noutras zonas do mercado ibérico constituem um ataque à imagem de qualidade do mel produzido em Portugal, prejudicando, não só, a reputação dos apicultores nacionais, mas também a sustentabilidade da própria apicultura.

O mel português é amplamente reconhecido pela sua autenticidade, pureza e elevados níveis de padrão de qualidade que têm vindo a ser certificados por operadores europeus que, regularmente, adquirem este produto aos produtores nacionais. Esta confiança depositada nos apicultores portugueses reflete o elevado nível de exigência e profissionalismo que caracteriza o setor em Portugal. Todavia, as fraudes que têm vindo a ser detetadas no mercado espanhol ameaçam minar esta confiança, prejudicando o posicionamento competitivo do mel português no mercado nacional e internacional.

Por isto, é da máxima importância que a imagem de marca do mel português seja preservada e que os consumidores continuem a associar este produto à qualidade e à segurança alimentar. A apicultura em Portugal orgulha-se de seguir rigorosos critérios de produção, o que constitui um dos principais trunfos para a sua valorização nos mercados globais.

Para garantir que esta reputação não é comprometida por ações externas, é fundamental que o governo português, através das suas entidades competentes, reforce os mecanismos de fiscalização já existentes. Este reforço deverá incidir não

apenas sobre os pontos de entrada de mercadorias, como os portos, mas também sobre toda a cadeia de produção e distribuição, de forma a assegurar que o mel português continua a ser sinónimo de qualidade, autenticidade e sustentabilidade, pois, só assim será possível proteger o futuro da apicultura nacional, mantendo o seu valor social, económico e ambiental intacto.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA recomendam ao Governo que:

Através das entidades competentes, implemente um reforço rigoroso e abrangente de todos os mecanismos de fiscalização ao longo de toda a cadeia nacional de produção, distribuição e comercialização de mel, de forma a garantir que o mel produzido e comercializado em território nacional continua a ser reconhecido, interna e externamente, pela sua qualidade, autenticidade e sustentabilidade.

Palácio de São Bento, 12 de Fevereiro de 2025

Os deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro dos Santos Frazão - João Paulo Graça - Diva Ribeiro - Luísa Areosa - Eliseu Neves

Francisco Gomes